

O SUBCENTRO DE UBERLÂNDIA: UMA ANÁLISE DO BAIRRO LUIZOTE DE FREITAS

Miriellen Augusta da Assunção (INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO) miriellen@iftm.edu.br

Resumo

O constante crescimento populacional de cidades de porte médio, como Uberlândia/Minas Gerais, torna urgente a efetivação do plano diretor municipal, de modo a abrigar, da melhor maneira possível, os cidadãos, garantindo-lhe bem estar e outros direitos sociais. Afinal, espaço e desenvolvimento socioeconômico têm direta ligação. Porém, o que se observa é o mau planejamento urbano, que resulta na descentralização das atividades terciárias e no dinamismo de espaços comerciais, os quais migram para bairros periféricos com alta densidade populacional, ao invés de ficarem restritos aos centros urbanos. Isso porque o capitalismo confere valor ao solo à medida que este reproduz capital. Como as partes afastadas das cidades têm alto valor de troca, estabelecido não pela localidade e sim pelo quantitativo mercadológico, elas acabam se tornando subcentros, com significativa importância política, econômica e social nas cidades. Com o intuito de entender melhor esse processo de descentralização, recorrer-se-á à caracterização do bairro uberlandense Luizote de Freitas, principal subcentro da cidade, buscando fazer um mapeamento das atividades comerciais, onde se percebe uma multiplicidade de funções e a coexistência harmônica entre o comércio, a prestação de serviço, o lazer, transporte, a educação e saúde. Para tanto, lançar-se-á mão do método quantitativo e qualitativo, visto que dados serão levantados, descritos e analisados, de modo a fundamentar a proposta de maior planejamento do Poder Público na organização urbana. Isso se dará mediante revisão bibliográfica e à aplicação de um questionário que foi aplicado no subcentro em análise para a coleta de dados.

Palavras-Chaves: (Subcentro. Setor terciário. Luizote de Freitas.)

1. Introdução

A urbanização é um fenômeno mundial, que apresenta muitos desafios, isso porque raras são às vezes em que o planejamento das cidades consegue adequar o conceito de sustentabilidade e equilíbrio socioeconômico às relações homem/espaço (SILVA; WERLE,

2007), garantindo não apenas infraestrutura para os municípios, como também qualidade de vida à população.

Nesse sentido, o planejamento urbanístico deve ser sustentado pelos princípios da eficiência, eficácia, economicidade e equidade das políticas, planos e programas públicos, a fim de garantir o adequado funcionamento das cidades. Precisa ainda ter, em sua estrutura, a melhor maneira para administrar e garantir a oferta de serviços básicos e necessários à população, de modo a proporcionar aos agentes públicos (e privados) harmonização quanto às atividades a serem desempenhadas.

Apesar de haver essa orientação legislativa, o que se observa é que as cidades começam um processo de expansão frequentemente caótico por não ter um planejamento urbano adequado, pelo contrário. Essa falta de organização do plano diretor deixa os espaços urbanos vulneráveis, fato que propicia, por exemplo, a formação das periferias, e seus consequentes efeitos socioeconômico e estrutural.

Essa má utilização do espaço urbano, associada à falta de infraestrutura e a baixa renda da população contribuem, para que as cidades cresçam desordenadamente e gerem as periferias (SILVA, & NERY JUNIOR, 2013). Isso acentua ainda mais as desigualdade socioeconômicas, propiciando a formação de uma população excluída e à mercê de políticas públicas, que priorizem a inclusão social e a qualidade de vida da população (PEREIRA, 2019).

Nas periferias ocorre, por exemplo, a descentralização das atividades terciárias, pelo intenso fluxo populacional e expressiva demanda por bens e serviços, formando os subcentros urbanos, objeto do presente trabalho, responsáveis pelo crescimento marginal incomum das cidades. Com o planejamento urbanístico, as atividades do setor terciário estariam concentradas no centro das cidades, evitando problemas de infraestrutura e de segregação social nos bairros (CASTELLS, 1975).

Isso porque, sob a perspectiva capitalista, o espaço urbano é expressão concreta dos processos socioeconômicos (ARAUJO, 2013), podendo, assim, ser fragmentado, de modo a propiciar a reprodução do capital (CORRÊA, 1997). Ou dito de outro modo, os lotes urbanos estão associados à infraestrutura, que possuem, (HARVEY, 1980), ou seja, tornam-se mercadoria de alto valor, seja pelo uso (localidade, qualidade do solo, aspectos paisagísticos), seja pela troca (fluxo de mercadoria que proporcionam).

Pelo fato de o espaço urbano possuir diferentes usos, a depender de cada usuário, é indiscutível a necessidade da efetivação da função social de todos os lotes pelo Poder Público, de modo que todo o espaço contribua com o desenvolvimento político, econômico e social das cidades, facilitando o consumo e o acesso à multiplicidade de serviços como saúde, educação, lazer, e outros, além de haver maior controle urbanístico (LOJKINE, 1981, p. 171).

Diante dessa relação direta entre planejamento urbano e desenvolvimento econômico, dispõe Harvey (apud Valença, 2006, p. 186) que “tanto a cidade é importante para a acumulação de capital em geral – produção e consumo de mercadorias e reprodução da força de trabalho – como a produção do espaço urbano é, ela própria, parte nada desprezível dessa acumulação”.

Essa relação espaço/capital será explorada ao máximo, no presente trabalho, a partir da exposição do subcentro uberlandense Luizote de Freitas, o maior da cidade, que atualmente funciona com foco em sua avenida principal (José Fonseca e Silva), e independe, totalmente, do centro da cidade, o que não ocorreria com um bom plano diretor em vigência.

Para fazê-lo, serão construídos três capítulos, o primeiro tratará da conceituação terminológica de subcentro, o segundo voltará para a caracterização do setor terciário, e o terceiro e último, detalhará o corpus do presente trabalho, o subcentro uberlandense Luizote de Freitas e suas particularidades quanto ao trabalho informal. O artigo será concluído com as análises feitas a partir desses apontamentos e com o intuito de ressaltar a importância do planejamento urbano para se evitar problemas estruturais e de segregação social, como feito nesta introdução.

2. Subcentros: descentralização das atividades comerciais

A formação de subcentros urbanos está associada ao crescimento populacional desordenado das cidades, que não aderem ao plano diretor municipal, ou seja, a um planejamento urbanístico de fato efetivo. É um reflexo periférico da má estruturação intraurbana (SOUZA, 2009).

Diz respeito ao processo de descentralização, marcado pelo distanciamento da população em relação ao centro urbano, uma vez que este não mais consegue manter (sozinho) o funcionamento das atividades comerciais e de serviços, necessitando, conseqüentemente, expandi-las para áreas mais afastadas, periféricas das cidades (SPOSITO, 1991).

Nas palavras de Souza (2009 apud DUARTE, 1974), subcentros são centros funcionais que:

(...) se caracterizam pela presença de estabelecimentos terciários que exercem algum poder de atração, graças aos produtos e serviços oferecidos neste subcentro. Isto vai depender do tipo de comércio que é realizado no local: comércio de consumo cotidiano; de consumo frequente; de consumo pouco frequente ou de consumo raro.

Diante do exposto, tem-se que os subcentros urbanos são marcados pela multiplicidade de funções. Mesmo distantes dos centros, eles oferecem serviços especializados como comércio, agências bancárias, consultórios médicos e de outros profissionais liberais, escolas, hospitais, e transporte público (VILAÇA, 2001). São considerados área de comércio secundário, já que estão fora do lote central das cidades.

É uma necessidade do modo de produção capitalista, que exige dinamicidade à sociedade e, conseqüentemente, ao espaço urbano (SOUZA, 2009). Como a área central se torna saturada, é preciso que haja outros lotes para o desenvolvimento das atividades comerciais, por isso ocorre a descentralização para as periferias. Às margens da cidade, se desenvolvem todas as atividades comerciais possíveis, voltadas para o consumo de primeira necessidade, o que possibilita à população ir ao centro urbano em casos excepcionais, como em busca de resolução de assuntos meramente burocráticos, por exemplo.

Com efeito, os subcentros também se tornam uma alternativa mais econômica para o terceiro setor, diante dos altos preços típicos das áreas centrais: imóveis, aluguéis, transportes, que refletem no valor dos produtos e serviços nessa localidade. Além disso, apresentam atrativos, como os detalhados por Corrêa (2005, p. 126):

- a) Terras não ocupadas, a baixo preço e impostos;
- b) Infraestrutura implantada;
- c) Facilidade de Transporte;
- d) Qualidades atrativas do sítio, como tipografia e drenagem;
- e) Amenidades físicas e sociais;
- f) “Threshold” ou mercado mínimo capaz de suportar a localização de uma atividade descentralizada.

Exposto isso, tem-se que os subcentros surgem a partir da acessibilidade maior a lotes mais baratos nas cidades, pois estes se encontram em áreas menos valorizadas pelo uso (localidade). Tornam-se valorizadas pela troca (pelo valor que adquirem no mercado por

propiciarem atividades do terceiro setor), por serem dotados de “centralidade”, por propiciarem atividades comerciais antes só possíveis nos centros urbanos.

Sobre esse processo de descentralização, pondera Souza (2009, p. 64-65):

Não se pode pensar o surgimento desses espaços sem levar em consideração os interesses dos agentes produtores do espaço urbano, como os proprietários fundiários e promotores imobiliários, que veem neste processo a possibilidade de valorização de suas áreas mediante aos novos usos do solo que, porventura, ocorrerão. Outro fator fundamental no aparecimento de novas centralidades no espaço urbano foi o desenvolvimento do automóvel, que tornou possível o deslocamento das pessoas para comprar em locais que não o centro.

Assim sendo, os subcentros urbanos seriam as “novas áreas de centralidades”, conforme denominação dada por Tourinhos (2006, p. 287), já que por meio deles se estabeleceu novos sistemas de produzir centralidade, que não o tradicional, determinado na forma física do Centro da cidade.

Vale destacar ainda que até hoje os subcentros estudados estavam nas áreas metropolitanas (São Paulo e Rio de Janeiro), sendo muito incipientes as pesquisas envolvendo cidades de médio porte como Uberlândia, (Minas Gerais). Por isso, o presente estudo é tão relevante, por ser um dos primeiros a detalhar as particularidades do subcentro em uma cidade média.

3. Setor terciário

O setor terciário diz respeito às atividades comerciais e de serviços presentes nos espaços urbanos (VARGAS, 2020). Está diretamente relacionado ao deslocamento de pessoas no território e, conseqüentemente, à qualidade de vida da população. Por estar associado ao dinamismo espacial, pode auxiliar na implementação de políticas públicas de requalificação urbana.

Refere-se a todo o processo de produção, desde a criação até a comercialização e distribuição do bem ou produto (ROLL, 1950; GALBRAITH 1989; VARGAS, 1985; KON, 1992). É a maior atividade econômica existente no país, embora seja de difícil mensuração, pelo fato de estar vinculada à informalidade, e de ter como determinante de riqueza a valorização do produto final e não o valor-trabalho, como ocorre em outros setores econômicos (SAY, 1983; MILL,1996; e WALRAS,1996).

Vale acrescentar que com o capitalismo financeiro, a globalização e a internacionalização da economia, o setor terciário cresceu e ganhou importância, sendo

necessária a criação de classificações próprias para mensurá-lo e administrá-lo, como nova fonte de desenvolvimento não só econômico, como também urbano-espacial, já que está relacionado à produção de riquezas e às implicações destas nas localidades (VARGAS, 2020).

Exposto isso, tem-se que as atividades comerciais e de serviços se diferenciam pelo seu rebatimento territorial. Aquelas são marcadas pela preferência locacional dos consumidores (facilidade de acesso, preço e entrega), enquanto para estes é imperativa a confiança no prestador de serviços, no seu know-how. Tais diferenciações demandam espaços específicos e planejados, para atendê-las, que antes era concentrado dos centros urbanos, mas que agora se expandem cada vez mais para os subcentros das cidades.

Nesse sentido, tem-se que tais diversificações estão associadas às funções específicas assumidas pelo terceiro setor (KON, 1999), a saber, o processamento de serviços (oferta), ligados à pesquisa e ao desenvolvimento; ao planejamento e à gestão de serviços e bens; à distribuição e ao armazenamento, com transporte e manutenção (MARSHALL, 1988, p. 13), bem como a preocupação com o consumo, (clientela).

Sobre isso, leciona Vargas:

Para dar conta das especificidades das atividades terciárias e de suas demandas locacionais diferenciadas, propomos analisá-las apoiando-nos no entendimento da diversidade de categorias que incluem; do seu domínio público ou privado, da sua estrutura de atendimento ao consumidor; da motivação dos consumidores; e da sua organização espontânea ou planejada, o que já fornece uma ideia da sua complexidade. (VARGAS, 2020, p.09-10)

Quer dizer, como o setor terciário é marcado por várias categorias: imobiliárias, profissionais liberais, serviços da saúde e educação, além de transporte, comércio e outras, o consumidor define se a localidade da prestação de serviço é o importante ou apenas um facilitador na aferição de receita e na dinâmica urbana (DALMASSO, 1976).

Na contemporaneidade, localidades comerciais próximas são mais atrativas ao consumidor, já que recorrendo a elas, o consumidor poupa tempo e dinheiro (VARGAS, 2020). Isso também explica o crescimento do setor terciário em áreas descentralizadas das cidades, onde, geralmente, em uma única rua ou avenida se encontra todos os produtos ou serviços desejados, seja para sobrevivência ou luxo.

Com efeito, o ponto mais importante a se considerar sobre o setor terciário é o interesse do consumidor, sem o qual o negócio nem sobrevive, nem prospera. Assim, destaca-se a importância do planejamento urbano acerca da distribuição das atividades comerciais

pela cidade, de modo a contribuir com o dinamismo social e sem comprometer a infraestrutura urbana.

Nesse sentido, leciona Vargas, (2020, p. 21 apud GUERRA, 2015): “deve haver intervenção expressa do Poder Público na implantação de atividades geradoras de fluxos, seja a partir da criação de instituições públicas, seja por intermédio de negociações com o setor privado”. Isso quer dizer que se deve criar ou reforçar centralidades, onde o setor terciário se dê.

Esses fluxos de atividades comerciais podem ocorrer inclusive mediante ambulantes, que embora sejam ilegais, já que não pagam tributação sobre os produtos comercializados, movimentam a economia urbana. São importantes também para o terceiro setor, mesmo não sendo incorporados às estatísticas, afinal não aparecem nos dados públicos como desempregados ou miseráveis, são mão de obra ocupada (CLEPS, 2009., p. 329).

4. Luizote de Freitas: subcentro uberlandense

O bairro Luizote de Freitas, localizado em Uberlândia (MG), a sete quilômetros do centro, é importante pela atividade comercial, que proporciona à população. É um dos maiores bairros uberlandenses, com 2.559km² de área e uma população de 23.558 habitantes (PMU, 2010). Sobre ele, leciona Soares (1988, p. 158):

Este bairro é atualmente um dos mais importantes de Uberlândia, pois concentra uma parcela significativa de sua classe trabalhadora assalariada, e dispõe de diversos equipamentos e atividades relativas à circulação e consumo de mercadorias, que possibilitaram, também, a criação de novos bairros à sua volta.

Esse bairro uberlandense tem suas atividades comerciais concentradas na principal avenida do bairro, José Fonseca e Silva, localidade onde se encontra em funcionamento atividades centrais (41,9%), não centrais (36,7%) e típicas de ZPC (zona periférica central, 21,4%). Dessas, interessa 63,3 %, ou seja, aquelas voltadas para o setor terciário, já que não são contabilizadas as atividades não-centrais na caracterização do subcentro (SOUZA, 2009, p. 09).

A avenida José Fonseca e Silva inicia-se no bairro Dona Zulmira, corta o bairro Jardim Patrícia, passa pelo centro do bairro Luizote de Freitas e se estende até os bairros Mansour e Jardim Europa (NASCIMENTO JUNIOR, 2013, p. 15). A área comercial do lugar atende os moradores do bairro e da vizinhança, a qual não precisa se deslocar até o centro

para realizar serviços bancários, de gêneros alimentícios, farmacêuticos, eletrodomésticos e vestuário.

É um bairro diferenciado dos demais da cidade, tanto que foi classificado como subcentro, conforme afirma Spósito (1991, p. 09-10):

(...) emergência de subcentros face ao (...) crescimento territorial e à conseqüente impossibilidade de permanência de um único centro cumprindo o papel comercial e de serviços, por causa do aumento das distâncias ao centro principal e da influência do sistema viário e de transporte coletivo.

Essa denominação diz respeito não só a importância da localidade no setor terciário, mas também a forma espacial não planejada (ALMEIDA; PENA; FREITAS, 2011, p.92) desses centros comerciais secundários (pois estão fora da centralidade das cidades). Isso quer dizer que a região só cresce e se desenvolve à medida em que a cidade cresce e o consumidor necessita comprar perto de sua casa.

Para atrair o consumidor, o subcentro precisa ter uma atividade comercial múltipla e especializada, como já mencionado em capítulo anterior, o que bem faz o bairro Luizote de Freitas. Nascimento Junior (2013, p. 16), em sua pesquisa, elucida as principais áreas comerciais existentes na localidade em pauta: revendedora de veículos, bancos de diferentes agências, financeira, Correios, Telefonia, lojas varejistas de artigos variados, de eletrodomésticos, de vestuário, de material de construção, farmácias, supermercados, escola de informática.

ALMEIDA, PENA e FREITAS (2011, p. 97-98) complementam a pesquisa trazendo o percentual dos serviços mais utilizados no bairro em questão: 76% estão na saúde/estética (hospitais, clínicas médicas, salões de estética), nas atividades financeiras (bancos, financeiras e Correios), e na alimentação (supermercados, restaurantes, sacolões). Os 24% restantes estão em atividades de lazer e esporte (academias, praças, igrejas, quadras), educação (básica, profissionalizante, de informática), e comércio informal (ambulantes).

Frisa-se que o comércio informal é maior no centro da cidade, que nos bairros de grande atividade comercial, como o Luizote de Freitas, uma vez que a fiscalização é uma exigência da própria população local, preocupada com a concorrência desleal, e não mera atribuição pública. Isso quer dizer que os lojistas expulsam os ambulantes dos subcentros para que o comércio local não seja ameaçado pelos baixos preços da informalidade.

Vale acrescentar que a Prefeitura Municipal de Uberlândia atua para combater o comércio informal na cidade, aderindo inclusive ao Movimento Legalidade, o qual pretende combater a falsificação e a pirataria desse comércio, realizando cinco ações basicamente: combate à ilegalidade, aproveitamentos das apreensões e descarte dos produtos apreendidos, educação do comerciante sobre práticas legais, simplificação de práticas e posturas, e campanha de comunicação.

É evidente que essas ações são importantes, mas de nada adiantam, se há o desemprego e dificuldade econômica do ambulante. O trabalhador informal não recorre a irregularidade porque quer, mas porque precisa manter a si e a sua família, por isso o Poder Público deve agir garantindo à população trabalho e qualidade de vida, investindo na economia planejada e na organização urbana.

Considerações finais

O presente trabalho pretendeu caracterizar o bairro uberlandense Luizote de Freitas como subcentro, diante da importância do mesmo para o desenvolvimento econômico da cidade. Quis-se ressaltar que apesar do fato de a referida área ser periférica, ela concentra a maior atividade comercial descentralizada da cidade.

Viu-se que, mesmo não sendo uma localidade planejada pelo Poder Público, para o setor terciário, o bairro Luizote de Freitas conseguiu se desenvolver, e muito, pelo alto crescimento populacional na região, o que é facilmente percebido quando se analisa a sua principal avenida, José Fonseca e Silva.

Nela se encontra a multiplicidade de atividades comerciais especializadas exigidas à denominação de subcentro: lojas de vestuário, de eletrodomésticos, de material de construção, escolas, hospitais, farmácias, supermercados, bancos, lotéricas, financeiras, salões de beleza, estéticas, quadras esportivas, academias e outras. São vários os serviços disponíveis ao consumidor, que opta pela proximidade, e corrobora com o desenvolvimento econômico da região.

Ressaltou-se que a supracitada avenida está posicionada estrategicamente dentro do bairro Luizote de Freitas, de modo a atender, não apenas os moradores de lá, como também os dos bairros limítrofes como Dona Zulmira, Mansour, Jardim Patrícia e Jardim Europa. Essa é uma das razões para tamanho crescimento: o dinamismo intraurbano (inter-bairros).

Como o consumidor encontra todos os bens e serviços de primeira necessidade no próprio bairro (ou na vizinhança), ele só se desloca ao centro urbano em casos excepcionais, para resolver, por exemplo, assuntos burocráticos. Por isso, a importância do melhor planejamento urbano pelo Poder Público, reforçando centralidades para o setor terciário e repensando o fluxo de pessoas, para que não ocorra crescimento periférico exagerado.

A efetivação das políticas públicas é indiscutível para evitar problemas na estrutura urbana e segregações sociais, afinal, com o distanciamento da população dos centros urbanos, maior será a marginalização da mesma, concentradas na periferia e no que ela oferece, sem possibilidades de melhorias na qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Diones; PENA, Fernanda; FREITAS, Oracilda. Subcentros espontâneos: o caso do bairro Luizote de Freitas em Uberlândia-MG. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v.1, n.2, p.74-89, jul. 2009.
- ARAUJO, Felipe Fernandes. Produção do espaço urbano e processos espaciais em Natal: o conjunto Ponta Negra em foco. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 15, n. 30, pp. 627-644, dez 2013.
- CASTELLS, M. **Problemas de Investigação em Sociologia Urbana**. Lisboa, Presença, 1975.
- CLEPS, Geisa Daise. Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 21 (3): 327-339, dez. 2009.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- _____. **O espaço urbano**. São Paulo, Ática, 2000.
- _____. **Trajetórias geográficas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- DALMASSO, E. **Les activités tertiaires: leur rôle dans l'organisation de l'espace**. Tomo II: Systemes urbaines et activités tertiaires. Paris: CDU/Sedes, 1976.
- DUARTE, Haidine da Silva Barros. A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 36 (1), p.53-98, jan./mar, 1974.
- GALBRAITH, J. **O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica**. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1989.
- GUERRA, M. M. P. Eficiência urbana: fluxos para o comércio e tempo para o pedestre. **Dissertação de mestrado**. São Paulo: FAUUSP, 2015.
- HARVEY, D.. **A justiça social e a cidade**. São Paulo, Hucitec, 1980.
- KOHN, C; MAYER, R. (eds). *Readings in Urban Geography. In: Appraisal Journal. Chicago: The Chicago University Press*. Abr 1958. P. 214-222.
- KON, A. **A produção terciária**. O caso paulista. São Paulo: Nobel. 1992.
- _____. Sobre as atividades de serviço: revendo conceitos e tipologias. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 2 (74), pp. 64-83, abr.-jun. 1999.
- LOJKINE, J. **Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 1981.
- MARSHALL, J. N. *Services and uneven development. Oxford: Oxford University Press*, 1988.
- MILL, J. S. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, [1848] 1996.

NASCIMENTO JUNIOR, Luiz Mendes do. **Luizote de Freitas: de “Serra Pelada” à bairro modelo de Uberlândia (1979 a 2009)**. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br>>. Acesso em: 26 set. 2020.

PEREIRA, C. R. Mobilidade urbana sustentável: alternativas energéticas para o transporte coletivo urbano no município de Campinas/SP. 2019. 110 f. **Dissertação (Mestrado)** – Curso de Pós Graduação, Centro de Economia e Administração, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. (PMU) - **Estimativa populacional de 2010**. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br>>. Acesso em: 26 de set. 2020.

ROLL, E. História do pensamento econômico. In: **Panorama da Ciência Econômica**. v. 1, 2, 3, 4. Lisboa: Cosmos, 1950.

SAY, J.-B. **Tratado de Economia Política** (1803). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SILVA, É. T. & NERY JUNIOR, J. L. Condições habitacionais urbanas. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (orgs) **Índice de bem-estar urbano (IBEU)**.

Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2013, p. 56-61.

SILVA, Geovany Jessé; WERLE, Hugo. Planejamento urbano e ambiental nas municipalidades: da cidade à sustentabilidade, da lei à realidade. **Paisagens em debate**. FAU.USP; n.05, dez. 2007.

SINGER, P. (1982). “Uso do solo urbano na sociedade capitalista”. In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, Ômega.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 10, p.1-18. 1991.

SOARES, B., R., Habitação e produção do espaço em Uberlândia, 1988. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SOUZA, Marcus Vinícius M. **Cidades médias e novas centralidades: análise dos subcentros e eixos comerciais em Uberlândia (MG)**. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16050/1/Marcus.pdf>. >. Acesso em: 26 set.2020.

TOURINHO, Andréa. Centro e centralidade: uma questão recente. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo (orgs). **Geografias das metrópoles**. São Paulo: Contextos, 2006.

VALENÇA, M. M. (2006). “Cidades ingovernáveis? Ensaio sobre o pensamento harveyano acerca da urbanização do capital”. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C. e ELIAS, D. (org.). **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo, Annablume.

VALENÇA, M. M.; BONATES, M. F. (2008). **Globalização e marginalidade: o RN em foco – uma apresentação**. **Globalização e Marginalidade: o RN em foco**. Natal: EDUFRN, pp. 441-444.

VARGAS, Heliana Comin. Comércio, serviço e cidade: subsídios para gestão urbana. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v.22, e202010pt, 2020.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WALRAS, L. **Elementos de economia política pura**. São Paulo: Nova Cultural, [1874]1996.